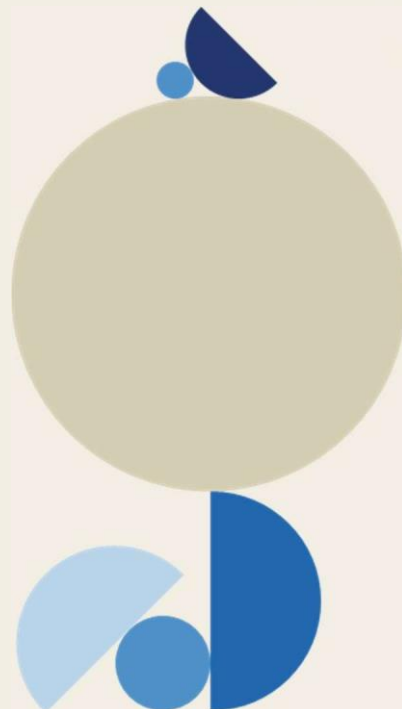


Relatório de Gestão 2021

Fundo de pensões

Zurich Vida

abril 2021



Relatório de Gestão

Exercício 2021

1. Introdução

Nos termos do nº1 do artigo 152º da Lei 27/2020, e da Norma Regulamentar nº7/2010, de 4 de junho, que determina que deve ser elaborado um relatório e contas para cada fundo de pensões, reportado a 31 de dezembro de cada ano, o qual deve refletir de forma verdadeira e apropriada os ativos, as responsabilidades, a situação financeira e as participações sociais significativas, seja do fundo, seja da entidade gestora, sendo o respetivo conteúdo ser coerente, exaustivo e apresentado de forma imparcial.

2. Enquadramento Macroeconómico

Durante o ano 2021, a maior volatilidade face às dúvidas sobre a visão da transitoriedade e do risco ómicron e os sinais de stress nas pressões inflacionistas com as possíveis implicações para a política monetária, foram os temas dominantes nos mercados financeiros.

A recuperação económica mundial está dependente de um equilíbrio delicado entre potenciais novas vagas da pandemia da covid-19, desafios persistentes dentro do mercado de trabalho, problemas e quebras das cadeias de abastecimento e pressões inflacionistas que continuam a aumentar. De acordo com o Relatório sobre a Situação Económica Mundial, após uma contração global de 3,4% em 2020 e uma expansão de 5,5% em 2021, a taxa de crescimento mais alta das últimas quatro décadas, a economia mundial deverá crescer 4% em 2022 e 3,5% em 2023.

Relativamente à Europa, as economias dos países cresceram durante 2021, devido à introdução gradual de medidas de contenção da propagação da covid-19, à continuação de políticas macroeconómicas com o objetivo de estimular a economia e à forte recuperação nos principais destinos para a exportação dos produtos produzidos na UE (tais como a China e os Estados Unidos).

Durante a primeira metade de 2021, o desempenho económico da região europeia excedeu as expectativas dos analistas, sendo que

o consumo aumentou à medida que as famílias começaram a gastar as poupanças acumuladas durante o ano anterior. Também a reabertura do setor dos serviços e o levantamento das restrições à mobilidade intracomunitária foram estímulos essenciais para a recuperação, especialmente da Grécia, da Itália, e de Espanha cujos setores turísticos representam um peso significativo das suas contas internas.

Não obstante, na segunda metade do ano passado, a região enfrentou contratempos significativos. O setor manufatureiro foi severamente afetado por ruturas nas cadeias de abastecimento, em parte causadas pela escassez de contentores de transporte marítimo e pela limitação das capacidades nos portos asiáticos.

A indústria automóvel (de importância crucial para a Alemanha, a maior economia a nível europeu) foi forçada a reduzir a produção de veículos, devido à escassez mundial de semicondutores. Adicionalmente, muitas indústrias e o setor dos serviços confrontaram-se com a escassez de trabalhadores em grande escala.

Mais recentemente, a reintrodução de medidas de contenção à pandemia, devido ao aumento significativo dos números de infetados, está a prejudicar as economias e, em particular, o setor turístico e do lazer.

Já a inflação dos preços para os consumidores acelerou acentuadamente na segunda metade de 2021, ultrapassando largamente o objetivo do Banco Central Europeu de a limitar aos 2%. Este aumento é em grande parte explicado pelo aumento dos custos das matérias-primas e da energia e pelas perturbações persistentes dentro das várias cadeias de abastecimento.

A despesa aumentou acentuadamente a dívida pública em vários países europeus, muito além dos limites estabelecidos pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) para os membros da UE, mas é esperado que a consolidação fiscal tenha início em 2022. Relativamente à política monetária, na sequência da promulgação de esquemas maciços de apoio à liquidez, espera-se que os bancos centrais na Europa comecem a normalizar gradualmente a economia e que a compra de ativos comece a diminuir já no início de 2022.

Indicadores Económicos

Conjuntura Internacional

As condições monetárias e financeiras na área do euro deverão permanecer favoráveis. O balanço do Banco Central Europeu em percentagem do PIB da área do euro fixou-se em cerca de 70% no terceiro trimestre de 2021, 30 p.p. acima do valor pré-pandémico, o que está largamente associado ao programa temporário de aquisição de ativos devido à emergência pandémica (PEPP- Pandemic Emergency Purchase Programme).

EURIBOR *

	3 meses	6 meses	12 meses	12m**	EONIA*
2021	-0,55%	-0,52%	-0,49%	-0,50%	-0,48%
2020	-0,43%	-0,37%	-0,31%	-0,50%	-0,46%
2019	-0,36%	-0,30%	-0,22%	-0,26%	-0,39%
2018	-0,32%	-0,27%	-0,17%	-0,13%	-0,36%
2017	-0,33%	-0,26%	-0,15%	-0,19%	-0,35%
2016	-0,26%	-0,17%	-0,03%	-0,08%	-0,32%
2015	-0,02%	0,05%	0,17%	0,06%	-0,11%
2014	0,21%	0,31%	0,48%	0,33%	0,09%

* Média do ano

** Média do mês de Dezembro

BCE Taxas de Juro *

	Deposit	Refinanc.	Lead
2019 09	-0,50%	0,00%	0,25%
2016 03	-0,40%	0,00%	0,25%
2015 12	-0,30%	0,05%	0,30%
2014 09	-0,20%	0,05%	0,30%
2014 06	-0,10%	0,15%	0,40%
2013 11	0,00%	0,25%	0,75%
2013 05	0,00%	0,50%	1,00%
2012 07	0,00%	0,75%	1,50%

* Análises de efeito dos taxas

O bom desempenho da economia da zona Euro e a persistência nas pressões inflacionistas permitiram ao BCE anunciar o seu plano de redução de compras de ativos líquidos até 2022.

A relativa melhoria do sentimento dos investidores encorajou os principais índices bolsistas em dezembro, os quais, para além de terem terminado o mês com ganhos generalizados, marcaram o fim de um ano de ganhos relevantes.

Nem as pressões inflacionistas, nem o recorde de contágios da variante ómicron, nem os anúncios da retirada de incentivos financeiros impediram que o S&P 500 (+26,9%) e o EuroStoxx50 (+21,0%) atingissem, em 2021, o seu terceiro melhor registo de ganhos anuais num século.

O forte desempenho dos setores tecnológico, energético e financeiro e a melhoria dos lucros empresariais, acima das previsões, foram os principais catalisadores para a ascensão da bolsa na reta final do ano de 2021. Por outro lado, o MSCI Emerging Markets apresentou um decréscimo 4,6% no ano de 2021 condicionado pelo menor ritmo de recuperação após a pandemia e a interferência de riscos idiossincráticos.

Conjuntura Nacional

Após queda histórica do PIB em 2020 de 8,4%, a economia portuguesa deverá registar uma recuperação forte em 2021 de 4,9%, segundo as

estimativas rápidas do INE. Segundo as estimativas de dezembro do Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá crescer 5,8% em 2022 mantendo um ritmo de expansão mais moderado em 2023 e 2024 de 3,1% e 2,0%, respetivamente.

No último trimestre do ano, o PIB cresceu 1,6% em cadeia e 5,8% homólogo, devido a uma contribuição mais positiva da procura interna e da contribuição da procura externa, que passou de negativo no terceiro trimestre para positivo no quarto trimestre, refletindo aceleração das exportações. Apesar da boa recuperação da economia portuguesa durante 2021, existem ainda setores cuja atividade continua deprimida, nomeadamente, os setores industrial e turístico.

No setor industrial, houve uma recuperação de 2,9% face a 2020, mas continua significativamente abaixo dos níveis de 2019 (-4,3%). As indústrias automóvel e do vestuário são aquelas que permanecem muito abaixo dos níveis de 2019, -25% e -30%, respetivamente.

No turismo, o número de visitantes cresceu 39% face a 2020, mas continua 46% abaixo dos números de 2019. Os visitantes estrangeiros, que antes da pandemia representavam cerca de 48% do número total de turistas, ainda permaneceram 64% abaixo do número de 2019.

O mercado de trabalho recuperou mais rapidamente que a atividade económica. Em outubro, os dados preliminares apontavam para um nível de emprego claramente acima dos valores pré-pandemia, mais 52.100 postos de trabalho. A queda homóloga do desemprego é especialmente acentuada na construção, comércio, atividades imobiliárias, administrativas e serviços de apoio e alojamento e restauração que explicam quase 60% da redução. Por outro lado, o número de ofertas de emprego por preencher, que atingem níveis muito elevados e, nalguns setores, excedem significativamente os níveis pré-pandemia.

A inflação ganhou ênfase ao longo de 2021 com o registar de taxas acima de 2% na zona euro desde julho atingindo os 5,0% em dezembro. Em Portugal o fenómeno foi mais tardio e mais moderado.

Dezembro foi apenas o segundo mês consecutivo com inflação acima de 2%. Em

termos homólogos, a inflação em Portugal foi de 2,6% e 2,8% em novembro e dezembro, respetivamente. Apesar da classe dos Transportes ser a única que apresenta taxas homólogas acima de 5% desde há vários meses, potenciada pelo aumento do preço dos combustíveis, em dezembro registou-se também um forte aumento dos preços dos produtos alimentares não transformados (+3,2%).

Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (HIPC)

	HIPC*	Bens			Serviços	
		Aliment.	Ind E	Ind NE		
2021	0,9%	1,7%	0,8%	7,5%	0,8%	0,0%
2020	-0,1%	-0,6%	1,8%	-5,2%	-1,3%	0,4%
2019	0,3%	-0,3%	0,6%	-1,7%	-0,6%	1,1%
2018	1,2%	0,5%	1,0%	4,8%	-1,1%	2,1%
2017	1,6%	0,9%	1,7%	3,7%	-0,8%	2,5%
2016	0,6%	0,0%	0,8%	-1,8%	-0,3%	1,5%
2015	0,5%	-0,1%	1,5%	-3,7%	-0,7%	1,4%
2014	-0,2%	-1,1%	-0,7%	-1,5%	-1,4%	1,1%

* Média móvel 12 meses

Fonte: Banco de Portugal

IndE: Bens Industriais Energéticos; IndNE: Bens Industriais Não Energéticos

A dívida pública caiu em 2021, em termos nominais e relativos. O rácio de dívida pública caiu para 127,5% do PIB no final do ano passado, uma redução de 7,7 p.p. face ao máximo registado em 2020. Ao mesmo tempo, a dívida na ótica de Maastricht atingiu os 269.600 milhões de euros no final de 2021, uma redução de mais de 890 milhões de euros face a 2020.

Esta redução é explicada pela amortização de títulos de dívida em cerca de 4.600 milhões de euros, que compensou o aumento dos depósitos e de empréstimos (onde se inclui os empréstimos recebidos no âmbito do SURE e Mecanismo de Recuperação e Resiliência), num total de cerca de 3.800 milhões de euros.

As eleições legislativas de 30 de janeiro de 2022 culminaram na obtenção de uma maioria absoluta por parte do Partido Socialista (41,7%), o que será um garante de estabilidade política nos próximos 4 anos.

A atividade económica deverá retomar valores anteriores à crise na primeira metade de 2022, mas a recuperação é assimétrica em termos setoriais. A economia portuguesa enfrenta importantes desafios nos próximos anos, sendo a resposta de política económica crucial para um crescimento sustentado e uma retoma da convergência com a Europa. A previsibilidade dos processos de decisão de política económica monetária, orçamental e regulatória é essencial para contrabalançar o aumento de incerteza que

caracteriza os processos de saída de crises económicas.

No período atual esta incerteza é acrescida pela necessidade de controlo da pandemia. A execução eficiente dos projetos associados ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e a implementação das reformas associadas constituem fatores essenciais, pelos efeitos multiplicadores sobre a atividade e impacto sobre o crescimento potencial.

Esta é uma oportunidade única para potenciar o ritmo de crescimento de longo prazo da economia portuguesa num contexto em que o impacto direto no endividamento nacional é essencialmente nulo.

3. Atividade Fundos de Pensões em Portugal

Os fundos de pensões são instrumentos financeiros com maior peso dentro das aplicações financeiras disponíveis dentro do mercado das reformas.

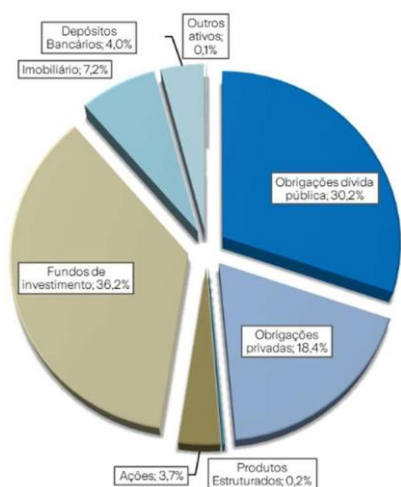
Património dos fundos de pensões

De acordo com os dados apresentados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) no final de 2021 o valor sob gestão de fundos de pensões era de 24,1 mil milhões de euros (2020: 23 mil milhões de euros), o que representa um acréscimo de 4,6% relativamente ao ano anterior.

Esta evolução resulta do aumento de 2,8% (cerca de 552,9 milhões de euros) nos fundos de pensões fechados e do aumento de 17,2% (cerca de 525,8 milhões de euros) nos fundos abertos.¹

No final de 2021 a carteira de investimentos dos fundos de pensões está repartida da seguinte forma:

Composição das carteiras de investimento dos fundos de pensões (em % por classe de ativos)



Fonte: ASF

Os fundos de pensões financiam principalmente responsabilidades a médio e longo prazo (benefícios pós-emprego) sendo que a composição das carteiras dos ativos financeiros dos fundos encontra-se adequada a essas responsabilidades. As obrigações representam 48,6% (2020:51%) do total, dos quais, aproximadamente 30,2% (2020:32%) são títulos de dívida pública. A exposição a fundos de investimento aumentou para 36% (2020:33%). A estrutura da composição das carteiras é semelhante à observada no final do ano de 2020, destacando-se uma diminuição do peso da dívida pública aumento do peso em fundos de Investimento e o aparecimento de produtos estruturados ainda que com pouca expressão.

Evolução anual dos fundos de pensões

Em dezembro de 2021 o mercado era constituído por 240 fundos de pensões (234 em 2020),

Evolução da estrutura de mercado dos fundos de pensões

	2020	2021	Δ 21/20
Nº de entidades gestoras de fundos de pensões ⁽¹⁾	18	17	
Nº Fundos de Pensões	234	240	2,56%
Fundos fechados	135	133	-1,48%
Fundos abertos	99	107	8,08%
Fundos Abertos PPR	38	43	13,16%
Fundos Abertos PPA	1	1	0,00%
Outros abertos	60	63	5,00%

Fonte ASF

⁽¹⁾ com fundos em vigor

e registaram-se os seguintes movimentos:

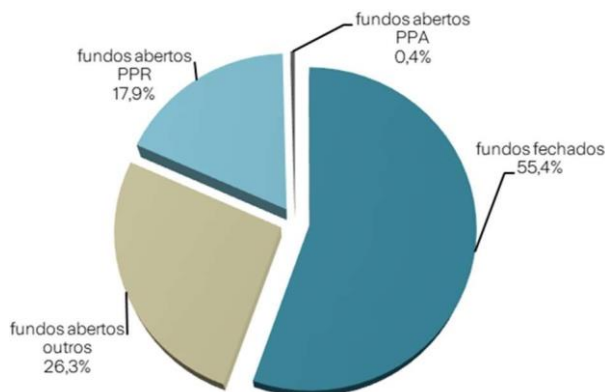
	Fundos abertos PPR	Fundos abertos PPA	Outros abertos	Fechados
31/12/2020	38	1	60	135
Novos	5	0	3	1
Extinção	0	0	0	3
Transferencia	0	0	0	0
31/12/2021	43	1	63	133

Fonte: ASF

Durante 2021, foram extintos três fundos de pensões fechados e foram constituídos cinco novos fundos de pensões PPR, três fundos abertos e um fundo fechado.

O número de fundos de pensões aumentou 2,56% face a 2020.

Estrutura dos fundos de pensões 2021



Fonte: ASF

Contribuições

De acordo com os dados da ASF, durante o ano de 2021 registou-se um volume de contribuições pagas para fundos de pensões de 1.148.367M€, o que representou um decréscimo de 15% relativo a 2020 (1.350.330M€).

Os fundos abertos apresentaram um acréscimo de 13% sendo que as contribuições para os fundos abertos PPR cresceram 22% relativamente a 2020.

	31/12/2020	31/12/2021	Variação
Em 10 ³ Euros	Contribuições	Contribuições	
Total	1 350 330	1 148 367	-15%
Fundos Fechados	818 015	544 463	-33%
Fundos Abertos	532 315	603 904	13%
PPR	143 468	174 966	22%
PPA	423	532	26%
Outros abertos	388 424	428 406	10%

Fonte: ASF

Benefícios pagos

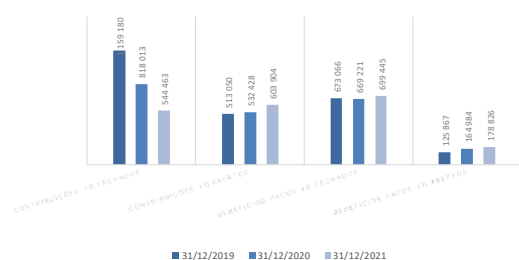
O montante dos benefícios pagos apresentou um crescimento global de 5%, face ao ano transato. Totalizaram em 2021, o montante de 878.271M€ (2020: 834.205M€).

Em 10 ³ Euros	31/12/2020		31/12/2021		Variação
	Pensões pagas	Pensões pagas	Pensões pagas	Pensões pagas	
Total	834 205	878 271	878 271	878 271	5%
Fundos Fechados	669 221	699 445	699 445	699 445	5%
Fundos Abertos	164 984	178 826	178 826	178 826	8%
PPR	23 568	29 590	29 590	29 590	26%
PPA	90	112	112	112	24%
Outros abertos	141 326	149 124	149 124	149 124	6%

Fonte: ASF

Regista-se ainda que em 2021 o volume de contribuições foi superior ao montante dos benefícios pagos (31%).

Evolução das Contribuições e Benefícios pagos nos fundos de pensões 2019-2021



4. Fundos de pensões Zurich Vida

A Zurich Vida iniciou a atividade como entidade gestora em 31/12/1996 com a constituição do Fundo de Pensões do Grupo Bex/Argentaria, criando, em dezembro de 1997, o Fundo Pensões Aberto Zurich Vida Empresas, onde gere fundos individuais e coletivos.

No final de 2022, a Zurich Vida tinha sob gestão um fundo de pensões fechado e um fundo de pensões aberto com quatro adesões coletivas e trezentos e nove adesões individuais.

Plano de Pensões

O fundo de pensões Zurich Vida financia o plano de pensões da Zurich – Companhia Seguros Vida S.A..

É um plano de pensões misto com as seguintes características:

Plano de Benefício Definido – plano associado à quota-parte de financiamento das responsabilidades das pensões por velhice em pagamento a 31 de dezembro de 2011 e respetivas atualizações. É um plano independente do regime público da Segurança Social.

Plano de Contribuição Definida com garantia de capital na liquidação do benefício – plano associado à quota-parte de financiamento do Plano Individual de Reforma com início a 1 de janeiro de 2012. Anualmente a Zurich Vida efetua contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente à percentagem indicada no Anexo VI do ACT-Z 2019², ou seja 3,25% aplicada sobre o ordenado base anual do trabalhador. O valor das contribuições anuais está garantido à data da liquidação do benefício.

O fundo de pensões Zurich Vida é composto por unidades de participação distribuídas por dois subfundos, subfundo BD que suporta o Plano de Benefício Definido e pelo subfundo CD que suporta o plano de Contribuição Definida.

Por sua vez o Plano de Contribuição Definida tem duas contas no subfundo CD:

Conta Base – suporta o Plano Individual de Reforma e é constituída pelas unidades de participação resultantes das contribuições efetuadas e a efetuar ao abrigo do Plano, estando alocado aos participantes.

Conta Reserva – em nome da associada e que é constituída pelo valor do património do subfundo CD não alocado aos participantes. Este valor poderá ser utilizado como contrapartida de contribuições futuras do associado incluindo as necessárias para a garantia do capital e para pagamento de encargos inerentes ao Plano de Pensões.

Evolução geral

No final de 2021 o montante gerido pelo fundo de pensões fechado Zurich Vida é de 1.603 M€ que representa um acréscimo de 0,4% relativamente a 2020 (1.597 M€).

A estrutura da composição da carteira de investimentos do fundo de pensões Zurich Vida é semelhante à observada no final do ano de 2021,

² Acordo Coletivo de Trabalho celebrado em 2019 entre a Zurich Portugal (Ramos Vida e Não Vida) e os sindicatos nacionais dos

profissionais de seguros (SINAPSA, STAS e SISEP) cujo texto foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) nº 17, de 8 de maio

verificando-se uma diminuição do peso da dívida pública e o aumento do peso em fundos de investimento em linha com o mercado.

Contribuições e Benefícios Pagos

Em 2021, para a conta base do subfundo CD, efetuou-se a contribuição para o Plano Individual de Reforma no valor de 43.766€ e uma transferência de direitos adquiridos de 10.143€.

O valor da contribuição foi transferido da conta reserva do subfundo CD. A contribuição foi efetuada de acordo com o plano de pensões de contribuição definida.

O valor dos benefícios pagos foi de 5.090€ é o total das pensões pagas no subfundo BD.

Situação Patrimonial do fundo

Em 2021 não houve alterações significativas na gestão do fundo de pensões.

Os ativos financeiros associados ao fundo de pensões Zurich Vida são geridos pela Zurich – Companhia de Seguros Vida S.A.

No quadro seguinte apresentamos a composição da carteira de investimentos a 31/12/2021 do fundo de pensões Zurich Vida, dividida pelas principais classes de ativos financeiros:

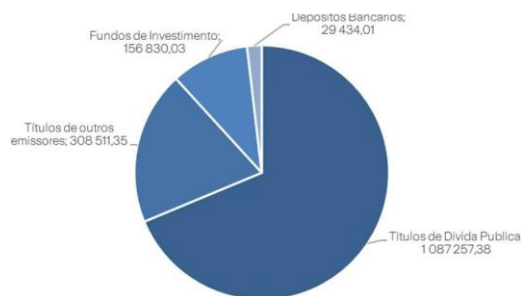
Carteira de ativos dezembro 2021

Tipo de Ativos		2020	2021	%Variação
Instrumento Financeiro	Classe			
Títulos de rendimentos fixo	de Dívida Pública	1 129 969,88	1 087 257,38	-3,78%
	de Outros emissores	315 901,90	308 511,35	
Outros Ativos	Fundos de Investimento	21 001,84	156 830,03	646,74%
Depositos Bancarios	Depositos à ordem em Instituições de Crédito	130 433,94	29 434,01	-77,43%

Comparativamente a 2020 registou-se um aumento no investimento em fundos de investimento. Sendo assim as percentagens por tipo de ativos alteraram, com os títulos de dívida pública a compoer 69% da carteira de ativos e os títulos de dívida privada a representarem 20% da carteira de ativos e os fundos de investimento 10%, sendo que o restante encontra-se em depósitos bancários, como indicado no quadro seguinte,

Composição da carteira de investimento

Classe	Valor	%
Títulos de Dívida Pública	1 087 257,38	68,73%
Títulos de outros emissores	308 511,35	19,50%
Fundos de Investimento	156 830,03	9,91%
Depositos Bancarios	29 434,01	1,86%
	1 582 032,77	



Os princípios gerais da gestão do fundo de pensões assumidos pela entidade gestora devem assegurar que:

- os ativos financeiros que o fundo detém para suportar as responsabilidades devem ser investidos de forma apropriada tendo em consideração a natureza e a duração dos benefícios futuros;
- a gestão dos ativos financeiros deve assegurar que os investimentos são sempre efetuados no melhor interesse para os participantes e beneficiários do fundo de pensões;
- os ativos financeiros devem ser investidos de forma a garantir segurança, qualidade, liquidez e rendimento no seu todo.

Tendo em conta estas regras, concluímos que, a política de investimentos que se encontra definida cumpre os limites previstos na Norma Regulamentar nº9/2007-R.

Política de Investimentos

Tipo de Ativo Financeiro	Limite de Exposição em %
Ações	0 - 20%
Obrigações de Dívida Pública	20 - 100%
Obrigações Corporate	0 - 30%
Imobiliário	0 - 20%
Liquidez	0 - 15%

Análise de ALM (Asset Liability Management)

Considerando os fluxos dos passivos, os fluxos dos ativos financeiros e as variáveis macroeconómicas das taxas de juro e da evolução do mercado de capitais, o ALM estima os valores atuais e verifica o *matching* dos ativos financeiros relativamente aos passivos em termos de fluxos e de maturidades.

Na análise ALM do fundo, para os fluxos dos passivos do plano de benefício definido foram calculados com a taxa da curva cupão zero da Zona Euro de 0,09% (considerando um tempo de serviço futuro médio de 10 anos). Estes fluxos têm

em conta os fluxos dos pagamentos das pensões das reformas por idade.

Os fluxos dos passivos associados ao plano de contribuição definida são calculados à taxa de 0% e têm em conta as saídas das reformas por idade. Não prevemos saídas por morte ou por invalidez durante o ativo.

Os fluxos dos ativos são calculados com a taxa da curva de cupão zero de Portugal e da Zona Euro das obrigações portuguesas e da zona euro respetivamente.

O *present value* dos ativos financeiros é calculado com a curva da taxa de cupão zero definida no parágrafo anterior para prazos superiores a um ano e taxa Euribor para prazos inferiores a um ano.

O *present value* dos passivos é calculado:

- do plano de benefício definido : com a curva da taxa de cupão zero da zona euro para períodos superiores ou iguais a um ano e para períodos inferiores a um ano consideramos a taxa Euribor/Eonia.

- do plano de contribuição definida : os mesmos são atualizados à taxa de juro de 0%, pois garantia associada a este plano é o valor total das contribuições.

Foi objeto de análise de ALM as responsabilidades da população Ativa, ExAtiva (PIR) e da população associada ao subfundo BD. Foi considerada a quota-parte do valor do fundo de pensões respeitante as estas populações, cujo valor pertence ao associado (Zurich Vida) – 61% do valor total do fundo

Apresentamos seguidamente a análise ALM:

31-12-2021 Fundo de Pensões Zurich Vida					
Mapping	Assets	%	Liabilities	%	Surplus
1D	0	0%	0	0%	0
15D	0	0%	0	0%	0
1M	25 272	2%	0	0%	25 272
3M	84 102	8%	0	0%	84 102
6M	7 538	1%	-52 562	7%	-45 024
1Y	16 318	2%	0	0%	16 318
2Y	79 382	8%	-5 300	1%	74 082
3Y	143 375	14%	-5 391	1%	137 985
4Y	184 730	18%	-11 178	2%	173 552
5Y	41 162	4%	-54 126	7%	-12 965
6Y	204 954	20%	-21 174	3%	183 780
7Y	138 492	14%	-18 566	3%	119 926
8Y	0	0%	-58 367	8%	-58 367
9Y	0	0%	-28 946	4%	-28 946
10Y	0	0%	-60 758	8%	-60 758
20Y	0	0%	-258 489	35%	-258 489
30Y	0	0%	-166 719	22%	-166 719
EQT Y	98 864	10%	0	0%	98 864

Portfolio Valuation 1 024 188 -741 576 282 612

No cenário apresentado para 2021 observamos:

- o valor atual dos ativos financeiros é superior ao dos passivos;
- nos anos em que o valor do passivo é superior ao ativo, o excesso de ativo de anos anteriores é suficiente para o financiamento do valor.

Valor em Risco - VaR

O VaR é uma medida que fornece uma estimativa para o valor do capital necessário adicional para assegurar a cobertura de riscos incorridos pelo fundo de pensões, isto é, o valor das “perdas” ao nível dos ativos financeiros e dos passivos. O horizonte temporal utilizado é no máximo 1 ano, pois em condições normais o património de um fundo de pensões poderá ser liquidado no espaço de tempo de 1 ano. Deste modo podemos ver que para o 1 ano e com um grau de confiança de 99%, a probabilidade de ocorrer uma perda superior a 15.005€ é de 1%.

Maximum Loss					
Value at Risk (84%) 1 Day	6 451	0,6%	-4 570	0,6%	1 881
Fixed Inc.	406	0,0%	-288	0,0%	118
Equity	6 045	0,6%	-4 282	0,6%	1 763
Value at Risk (95%) 1 Year	10 612	1,0%	-7 517	1,0%	3 095
Fixed Inc.	668	0,1%	-473	0,1%	195
Equity	9 944	1,0%	-7 044	0,9%	2 900
Value at Risk (99%) 1 Year	15 005	1,5%	-10 629	1,4%	4 376
Fixed Inc.	945	0,1%	-669	0,1%	276
Equity	14 060	1,4%	-9 960	1,3%	4 100

Riscos afetos aos ativos financeiros

Relativamente aos riscos afetos aos ativos financeiros que integram o património do fundo de pensões, importa mensurar a exposição do fundo a vários riscos financeiros:

A carteira de ativos financeiros do fundo de pensões Zurich Vida é na sua maioria composta por títulos de dívida pública. Neste contexto, temos identificados como riscos, associados aos investimentos desta carteira, os ligados ao Risco de Mercado.

Risco de Mercado: é o risco de ocorrerem desvios adversos nos valores de transação dos ativos financeiros que compõem a carteira do fundo durante o período requerido para a liquidação das transações. O risco taxa de juro, o risco do crédito e o risco do país são os principais riscos de mercado:

Risco da Taxa de Juro: o risco de taxa de juro definido como o risco de perda no valor económico da carteira de ativos financeiros e/ou

do aumento das responsabilidades do fundo de pensões, decorrente dos efeitos de mudanças adversas nas taxas de juro, encontra-se patente em todos os ativos financeiros e responsabilidades.

Risco do Crédito (Spread): é o risco referente ao incumprimento dos emitentes dos ativos financeiros que compõem a carteira do fundo. Definido como o prêmio de risco adicional em relação ao rendimento do ativo financeiro sem risco, exigido pelo mercado em virtude de assumir uma determinada exposição de crédito, encontra-se associado a alterações dos *credit spreads* dos instrumentos de dívida, nomeadamente as obrigações.

Risco do País: é um indicador que tenta determinar o grau de instabilidade económica de cada país, ou seja, indica ao investidor se o preço de se arriscar a fazer negócios num determinado país é mais ou menos elevado, sendo que quanto maior for aquele risco, menor será a capacidade do país em atrair investimentos estrangeiros.

Qualidade creditícia (rating) dos emitentes das obrigações³

IM/S&P Rating	Valor	%
AA+	0,00	0,0%
AA	181 704,38	11,7%
AA-	209 784,15	13,5%
A+	73 450,88	4,7%
A	0,00	0,0%
A-	0,00	0,0%
BBB+	159 000,85	10,2%
BBB	601 412,50	38,7%
BBB-	0,00	0,0%
BB+	0,00	0,0%
BB	0,00	0,0%
BB-	327 246,00	21,1%
Total	1 552 598,76	100%

valores em euros

Devido à sua composição, consideramos o risco da taxa de juro como sendo um dos principais riscos a que o fundo de pensões Zurich Vida se encontra exposto.

A taxa de juro encontra-se patente em todos os ativos e responsabilidades. O risco da taxa de juro no ativo encontra-se geralmente associado à subida das taxas de atualização, que provocam uma diminuição do valor atual dos *cash-flows* futuros financeiros. Relativamente aos mercados acionista e imobiliário não foram efetuadas análises devido à reduzida exposição do fundo a estes mercados.

Apresentamos seguidamente a análise do impacto da subida da taxa de juro na carteira de ativos:

	Com subida Taxa Juro em 50bp	Com subida Taxa Juro em 100bp
Valorização da carteira do fundo de pensões - Sub Fundo CD (Conta Base) + Sub-Fundo BD	1 005 585,34 €	987 546,68 €
Cenário Mínimo Solvência	35 895,65 €	35 895,65 €
Valor das contribuições efetuadas	692 519,55 €	692 519,55 €
Nível Financiamento	138,05%	135,57%

Podemos concluir que com a subida da taxa de juro em 0,5% e em 1%, não existe a necessidade de um capital adicional para financiamento deste risco.

Nível de financiamento

Nível de financiamento relativo às contribuições havidas para o plano de pensões de contribuição definida

Conta Base		
Valor das Responsabilidades	Valor do sub-fundo CD a 31/12/2021	Rácio Financiamento
692 519,55 €	959 674,76 €	139%

Nível de financiamento do valor atual das pensões em pagamento

	VAPP	Valor do sub-fundo BD a 31/12/2021	Nível Financiamento
Cenário Financiamento	50 713,03 €	50 857,49 €	100,28%
Cenário Mínimo Solvência	35 895,65 €		141,68%

Como se pode observar as responsabilidades encontram-se totalmente financiadas.

Sendo a Zurich Vida a única associada deste fundo, a mesma detém 100% da quota-parte.

³ Agencia Rating: Moody's

Data: 8 de abril de 2022

Pela Entidade Gestora,

Administradores Delegados

Diretor Financeiro

Fundo de pensões Zurich Vida

Montantes expressos em euros

Notas	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	2021	2020
	ATIVO		
	Investimentos		
g)	Instrumentos de Capital e unidades de participação	156 830	0
c), e)	Títulos de dívida pública	1 087 257	1 129 970
	Outros títulos de dívida pública	308 511	315 902
c), e)	Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI	29 434	130 434
	Outros ativos		
c), e)	Acréscimos e diferimentos	21 000	21 002
	TOTAL DE ATIVOS	1 603 033	1 597 308
	PASSIVO		
p)	Credores		
	Entidade gestora	0	531
	TOTAL DE PASSIVO	0	531
VALOR DO FUNDO		1 603 033	1 596 776
VALOR DA UNIDADE PARTICIPAÇÃO		16,3627	16,3505

Contabilista Certificado

Diretor Financeiro

Administradores Delegados

Fundo de pensões Zurich Vida
Valores em euros

Notas	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2021	2020
k)	Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	5 053	(39 934)
h)	Ganhos líquidos de investimentos	(39 692)	(7 520)
h)	Rendimentos líquidos de investimentos	41 059	36 691
o)	Outras despesas	(164)	(179)
	Resultado líquido	6 256	(10 943)

Contabilista Certificado
Diretor Financeiro
Administradores Delegados

Fundo de pensões Zurich Vida

Montantes expressos em euros

Notas	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2021	2020
	Fluxos de caixa das atividades operacionais		
j)	Contribuições	10 143	0
	Transferências	10 143	0
k)	Pensões , capitais e prémios únicos vencidos	(5 621)	(44 493)
	Pensões pagas	(5 090)	(10 180)
	Capitais vencidos (Remições/vencimentos)	(531)	(33 997)
	Transferências	0	(316)
i)	Remunerações	(164)	(179)
	Remunerações de depósito e guarda de títulos	(164)	(179)
	Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais	4 358	(44 673)
	Fluxos de caixa das atividades de investimento		
	Recebimentos	41 061	272 983
g)	Alienação/ reembolso de investimentos	0	230 000
h)	Rendimentos dos investimentos	41 061	42 983
	Pagamentos	(146 419)	(318 940)
g)	Aquisição de investimentos	(146 419)	(318 940)
	Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	(105 358)	(45 957)
	Variação de caixa e seus equivalentes	(101 000)	(90 630)
	Caixa no início do período de reporte	130 434	221 064
	Caixa no fim do período de reporte	29 434	130 434

Contabilista Certificado
Diretor Financeiro
Administradores Delegados



Notas explicativas integrantes das Demonstrações Financeiras

(Montantes expressos em euros, exceto quando indicado)

As notas às contas incluídas neste Anexo respeitam a ordem estabelecida na Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), que veio estabelecer os requisitos de relato financeiro dos fundos de pensões, sendo de referir que os números não indicados nestas notas não têm aplicação, por irrelevância de valores ou situações a reportar.

a) Identificação do fundo de pensões, do respetivo associado, do plano de pensões por ele financiado e da entidade gestora;

O Fundo de Pensões Zurich Vida (adiante designado por Fundo) foi constituído em 21 de maio de 1998 pela Zurich - Companhia de Seguros Vida, S.A., na qualidade de entidade gestora.

A Zurich - Companhia de Seguros Vida, S.A. é uma Empresa do Grupo Segurador Multinacional Zurich Financial Services, tendo resultado da redenominação da Companhia de Seguros Eagle Star Vida, S.A., a qual se fundiu legalmente com a DB Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A., por referência a 1 de janeiro de 2003.

O Fundo de Pensões Zurich Vida é um fundo fechado sendo constituído, até 31 de dezembro de 2011, por um património autónomo e exclusivamente afeto ao cumprimento das responsabilidades, ao abrigo do CCT Segurador, assumidas pela Zurich - Companhia de Seguros Vida, S.A., relativas ao pagamento de benefícios de reforma, invalidez e sobrevivência, bem como, aos encargos com contribuições pós reforma.

O Plano de pensões da Zurich Vida é um plano misto, constituído por um plano de benefício definido e um plano de contribuição definido. O plano pensões garante os valores entregues pela associada ao abrigo do plano de contribuição na idade de acesso à reforma.

b) Descrição de eventuais alterações ao(s) plano(s) de pensões ocorridas no período

A 23 de dezembro de 2011 foi celebrado um novo Contrato Coletivo de Trabalho para a Atividade Seguradora, cujo texto foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) nº 2, de 15 de janeiro 2012 (CCT 2012) e que, no seu Capítulo IX, "Plano de poupança e pré-reforma", vem substituir o plano de benefício definido previsto no Contrato Coletivo de Trabalho para a Atividade Seguradora publicado em 29 de agosto de 2008.

A 14 de janeiro de 2016 foi celebrado um Acordo Coletivo de Trabalho para a Atividade Seguradora, cujo texto foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) nº 4, de 26 de janeiro 2016 (ACT 2016) e que, vem substituir o Contrato Coletivo de Trabalho para a Atividade Seguradora, cujo texto foi publicado no CCT 2012.

O ACT 2016 não altera o plano de contribuição definida do CCT 2012 para o financiamento das responsabilidades das pensões por velhice, nem o plano de benefícios definido do CCT 2008 para o financiamento das responsabilidades das pensões por velhice em pagamento a 31 de dezembro de 2011 e as respetivas atualizações de pensões.



A 5 de maio de 2019 foi celebrado o Contrato Coletivo de Trabalho entre a Zurich Portugal (Ramos Vida e Não Vida) e os sindicatos nacionais dos profissionais de seguros (SINAPSA, STAS e SISEP), cujo texto foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) nº 17, de 8 de maio (adiante designado por ACT-Z 2019).

No respeitante aos benefícios pós emprego o ACT 2019, conforme indicado na cláusula 62ª “Cessação de efeitos da regulamentação coletiva anterior”, cessam os planos de pensões previstos em anteriores regulamentações coletivas de trabalho, nomeadamente, o Plano de Benefício definido previsto no Contrato Coletivo de Trabalho para a Atividade Seguradora, cujo texto consolidado foi publicado no BTE nº 32, de 29 de agosto de 2008 (adiante designado por CCT 2008) e o Plano de Contribuição definida previsto no Contrato Coletivo de Trabalho para a Atividade Seguradora, cujo texto foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) nº 4, de 26 de janeiro 2016 (ACT 2016).

O ACT-Z 2019 não altera o plano de contribuição definida do ACT 2016 nem o plano de benefícios definido do CCT 2008 para o financiamento das responsabilidades das pensões por velhice em pagamento a 31 de dezembro de 2011 e as respetivas atualizações de pensões.

De acordo com o ponto 2. da cláusula 48ª do Capítulo IX do CCT 2012, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados, calculado a 31 de dezembro de 2011, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, admitidos até 22 de junho de 1995, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, fazendo parte do respetivo Plano Individual de Reforma.

A partir de 2012 o fundo de pensões da Zurich Vida passou a ser constituído por dois subfundos, o subfundo BD, suporte de financiamento do plano de benefício definido, e o subfundo CD, suporte de financiamento do plano de contribuição definida.

O plano de benefício definido financia as responsabilidades e o plano de contribuição definida está associado ao financiamento do Plano Individual de Reforma, identificado pela cláusula 50ª e pelo Anexo V do ACT 2016.

Sendo assim, o plano de pensões da Zurich Vida é um plano misto:

- Plano de benefício definido – plano associado à quota-parte de financiamento das responsabilidades das pensões por velhice em pagamento a 31 de dezembro de 2011 e respetivas atualizações. É um plano independente do regime público da Segurança Social;
- Plano de contribuição definida com garantia de capital na liquidação do benefício – plano associado à quota-parte de financiamento do Plano Individual de Reforma com início a 1 de janeiro de 2012. Anualmente a Zurich efetuará contribuições para este plano de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela constante do ponto 1. do Anexo V do CCT de 2012, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador. O valor das contribuições anuais está garantido à data da liquidação do benefício.

c) Descrição da(s) base(s) de mensuração usada(s) na preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas, aplicáveis aos diversos ativos e passivos, relevantes para uma compreensão das demonstrações financeiras, incluindo uma descrição compreensível dos critérios de mensuração;

A contabilização dos valores do Fundo de Pensões deve observar o disposto nas Normas Regulamentares n.º 7/2007 – R, de 17 de maio de 2007, n.º 9/2007 – R, de 28 de junho de 2007 e n.º 7/2010 – R, de 4 de junho de 2010 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Para as matérias não expressamente reguladas nos referidos normativos são adotados os princípios de reconhecimento e de



mensuração definidos nas Normas Internacionais de Contabilidade (NIC, ou IFRS), nos termos do Artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho.

Bases de mensuração e políticas contabilísticas:

Destacam-se as seguintes:

- Demonstrações Financeiras expressas em euros;
- Os valores contabilizados na Demonstração de Resultados correspondem às operações verificadas no período que decorre entre duas datas aniversárias consecutivas, que correspondem a 31 de dezembro de cada ano;
- As contribuições registadas na Demonstração de Resultados são as efetivamente recebidas;
- Os saldos e contas a receber e a pagar são contabilizados de acordo com o seu valor atual, sendo averiguado, a cada data de relato financeiro, a respetiva recuperabilidade do seu valor;
- Os juros de títulos de rendimento fixo adquiridos, mas não recebidos, são contabilizados no final de cada trimestre;
- Não são contabilizados como rendimentos os juros cujo recebimento é considerado duvidoso, assim como quaisquer juros já vencidos cujo pagamento se encontre suspenso;
- A contabilização dos ganhos e perdas resultantes da alienação ou reembolso ou da avaliação das aplicações é efetuada pela diferença entre o produto da venda do investimento ou da sua cotação, e o valor pelo qual se encontra contabilizado. Estas operações são registadas na rubrica de Ganhos líquidos de investimentos;
- A avaliação dos ativos que compõem o património do Fundo respeita o previsto na Norma Regulamentar n.º 9/2007 – R, de 28 de junho de 2007, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos ativos, dos quais se destacam:
 - Os ativos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados devem ser avaliados tendo por base o respetivo preço de mercado, correspondente (a) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (b) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez, caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentar. Caso estes ativos não tenham sido transacionados por período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transação efetuada, serão equiparados a ativos não admitidos à cotação.
 - Os ativos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados devem ser avaliados pela aplicação de seguinte sequência de prioridades: (a) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas, (b) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de ativos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo sector económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado e (c) modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise fundamental e na metodologia do desconto dos fluxos financeiros subjacentes.



- A avaliação dos ativos deve referir-se à data a que se reporta a informação relativa ao valor de Fundo ou ao dia útil imediatamente anterior, no caso dessa data não corresponder a um dia útil ou para transações efetuadas em mercados estrangeiros.
- Para terrenos e edifícios, a valorização deverá ser efetuada ao justo valor, determinado através de uma avaliação separada efetuada por um perito independente e com uma periodicidade anual para os fundos de pensões abertos e trienal para os fundos de pensões fechados.
- Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.
- A rubrica de outras contas a receber e a pagar refere-se a valores que não sejam cotados num mercado ativo e cuja finalidade não seja a negociação. Poderá englobar valores a receber ou a pagar à Entidade Gestora relacionados com movimentos da gestão do Fundo.
- Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Para todas as rubricas relativas a aplicações financeiras procedeu-se, à data de 31 de dezembro de 2021, à confirmação do número de títulos e do valor constante nos registos do Fundo de pensões Zurich Vida, com a informação prestada pelo Banco.

d) Descrição dos métodos e, quando for usado um método de avaliação, dos pressupostos aplicados na determinação do justo valor de cada classe de ativos financeiros e de passivos financeiros;

Ver nota c).

e) Inventário dos investimentos e outros ativos (por tipo de ativo) à data de reporte com indicação do respetivo justo valor, correspondentes alterações ocorridas no período, bem como, as realizações efetuadas;



Em 31 de dezembro de 2021:

Descrição	Quantidade	Justo Valor	Juros a Receber
Investimentos e outros ativos financeiros tangíveis e intangíveis	1 251 006	1 582 033	21 000
Outros investimentos financeiros	1 251 006	1 582 033	21 000
Instrumentos de capital e unidades de participação	340	0	0
Ações	340	0	0
BES - Nom.	340	0	0
Unidades de participação em fundos de investimento	2 666	156 830	0
AMUNDI EURO STOXX 50 ETF DR FUND	731	73 451	0
ISHARES EUROPE PRPRTY YIELD FUND	1 935	83 379	0
Títulos de Dívida	963 000	1 087 257	16 365
De dívida pública	963 000	1 087 257	16 365
PGB 2.875% 15/10/2025	135 000	151 646	819
FRTR 3.5% 25/04/2026	130 000	151 867	3 116
BGB 4% 28/03/2022	125 000	126 405	3 808
FRTR 1.75% 25/11/2024	28 000	29 837	48
SPGB 5.15% 31/10/2028	45 000	60 341	387
PGB 5.65% 15/02/2024	100 000	113 300	4 938
GOV MADEIRA 1.971% 07/02/2028	300 000	327 246	2 932
METRO LISBOA 4.799% 12/07/2027	100 000	126 616	316
De outros emissores	285 000	308 511	4 635
JAB HOLDINGS BV 1.625% 30/04/2025	100 000	104 309	1 091
LOGICOR FIN 2.25% 13/05/2025	100 000	105 542	1 430
VOLKSWAGEN FIN 3.375% 06/04/2028	85 000	98 660	2 114
Depósitos à ordem em instituições de crédito	0	29 434	0
Depósitos à ordem	0	29 434	0
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	0	29 434	0

Em 31 de dezembro de 2020:

Descrição	Quantidade	Justo Valor	Juros a Receber
Investimentos e outros ativos financeiros tangíveis e intangíveis	1 248 340	1 576 306	21 002
Outros investimentos financeiros	1 248 340	1 576 306	21 002
Instrumentos de capital e unidades de participação	340	0	0
Ações	340	0	0
BES - Nom.	340	0	0
Títulos de Dívida	963 000	1 129 970	16 367
De dívida pública	963 000	1 129 970	16 367
PGB 2.875% 15/10/2025	135 000	156 611	819
FRTR 3.5% 25/04/2026	130 000	159 147	3 116
BGB 4% 28/03/2022	125 000	132 216	3 808
FRTR 1.75% 25/11/2024	28 000	30 711	48
SPGB 5.15% 31/10/2028	45 000	63 789	387
PGB 5.65% 15/02/2024	100 000	119 489	4 940
GOV MADEIRA 1.971% 07/02/2028	300 000	335 523	2 932
METRO LISBOA 4.799% 12/07/2027	100 000	132 484	316
De outros emissores	285 000	315 902	4 635
JAB HOLDINGS BV 1.625% 30/04/2025	100 000	106 072	1 091
LOGICOR FIN 2.25% 13/05/2025	100 000	108 090	1 430
VOLKSWAGEN FIN 3.375% 06/04/2028	85 000	101 740	2 114
Depósitos à ordem em instituições de crédito	0	130 434	0
Depósitos à ordem	0	130 434	0
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	0	130 434	0



No decurso dos exercícios de 2021 e 2020 foram efetuadas as seguintes compras de títulos:

Titulo	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Juro Decorrido
2021				
AMUNDI EURO STOXX 50 ETF DR FUND	731	90,87	66 424	0
ISHARES EUROPE PRPRTY YIELD FUND	1 935	41,34	79 995	0
Total	2 666	-	146 419	0
2020				
JAB HOLDINGS BV 1.625% 30/04/2025	100 000	1,06	105 880	864
LOGICOR FIN 2.25% 13/05/2025	100 000	1,07	107 350	1 116
VOLKSWAGEN FIN 3.375% 06/04/2028	85 000	1,20	102 017	1 713
Total	285 000	-	315 247	3 693

Nos exercícios de 2021 e 2020 não houve vendas de títulos.

No decurso do exercício de 2021 não foram efetuados reembolsos de títulos e no exercício de 2020 foram efetuados os seguintes reembolsos de títulos.

Titulo	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total	Valias Realizadas
2020				
IRISH 4.5% 18/04/2020	230 000	1,00	230 000	(3 137)
Total	230 000	-	230 000	(3 137)

f) Descrição do regime fiscal aplicável ao fundo de pensões e de eventuais alterações relevantes ocorridas no período;

Os rendimentos de Fundos de Pensões são isentos de IRC e imposto municipal sobre transações, conforme definido pelo art.º 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Nas situações em que ocorre retenção na fonte de IRC, as entidades isentas devem:

- Tratando-se de operações de compra e venda de obrigações, devem ser registadas individualmente, operação a operação, numa conta corrente com o Estado, em que se releve a débito o imposto retido na fonte por terceiros sobre os juros decorridos das obrigações adquiridas e a crédito o imposto retido pela entidade isenta sobre os juros decorridos das obrigações alienadas. O saldo desta conta será regularizado trimestralmente mediante a sua entrega ao Estado, quando credor, ou compensado, quando devedor, nas entregas do imposto retido a efetuar pela entidade isenta nos períodos subsequentes;
- Tratando-se de IRC relativo a Unidades de Participação em Fundos de Investimento Mobiliário, a entidade isenta deve registar em rubrica própria, a débito, o valor do imposto correspondente ao número de Unidades de Participação detidas, por contrapartida da rubrica Receitas de avaliação e alienação de aplicações. O saldo a débito será regularizado aquando do pagamento dos rendimentos respeitantes a estas Unidades de Participação.



g) Indicação de informação qualitativa e quantitativa para cada tipo de risco associado a instrumentos financeiros que permita avaliar a natureza e a extensão dos riscos aos quais o fundo está exposto;

Relativamente aos riscos afetos aos ativos financeiros que integram o património do fundo de pensões, importa mensurar a exposição do fundo aos vários riscos financeiros.

A carteira de ativos financeiros do Fundo de Pensões Zurich Vida é na sua maioria composta por títulos de dívida pública. Neste contexto, identificamos como riscos associados aos investimentos desta carteira, os seguintes:

Risco de Mercado

É o risco de ocorrerem desvios adversos nos valores de transação dos ativos financeiros que compõem a carteira do fundo durante o período requerido para a liquidação das transações. O risco taxa de juro, o risco do crédito e o risco do país são os principais riscos de mercado.

- **Risco da Taxa de Juro**

O risco de taxa de juro definido como o risco de perda no valor económico da carteira de ativos financeiros e/ou do aumento das responsabilidades do fundo de pensões, decorrente dos efeitos de mudanças adversas nas taxas de juro, encontra-se patente em todos os ativos financeiros e responsabilidades;

- **Risco do Crédito (Spread)**

É o risco referente ao incumprimento dos emitentes dos ativos financeiros que compõem a carteira do fundo. Definido como o prémio de risco adicional em relação ao rendimento do ativo financeiro sem risco, exigido pelo mercado em virtude de assumir uma determinada exposição de crédito, encontra-se associado a alterações dos *credit spreads* dos instrumentos de dívida, nomeadamente as obrigações;

- **Risco do País**

É um indicador que tenta determinar o grau de instabilidade económica de cada país, ou seja, indica ao investidor se o preço de se arriscar a fazer negócios num determinado país é mais ou menos elevado, sendo que quanto maior for aquele risco, menor será a capacidade do país em atrair investimentos estrangeiros;

Risco de Perda de Capital

É o risco decorrente de todo e qualquer tipo de investimento onde não exista a garantia dos montantes investidos.

Risco em Investimento no Mercado Imobiliário

É o risco que advém das flutuações de rendas ou flutuação dos preços do imobiliário devido a alterações nas condições de mercado.

Devido à sua composição, consideramos o risco da taxa de juro como sendo um dos principais riscos a que o Fundo de Pensões Zurich Vida se encontra exposto.

A taxa de juro encontra-se patente em todos os ativos e responsabilidades. O risco da taxa de juro no ativo encontra-se geralmente associado à subida das taxas de atualização, que provocam uma diminuição do valor atual dos *cash-flows* futuros financeiros. Relativamente aos mercados acionistas e mobiliário não foram efetuadas análises devido à reduzida exposição do fundo a estes mercados.



Análise de sensibilidade

Considerando os fluxos dos passivos, os fluxos dos ativos financeiros e as variáveis macroeconómicas das taxas de juro e da evolução do mercado de capitais, o ALM estima os valores atuais e verifica o *matching* dos ativos financeiros relativamente aos passivos em termos de fluxos e de maturidades.

Na análise ALM do fundo, para os fluxos dos passivos do plano de benefício definido foram calculados com a taxa, da curva cupão zero da zona Euro, de 0,09% (considerando um tempo de serviço futuro médio de 10 anos). Estes fluxos têm em conta os fluxos dos pagamentos das pensões das reformas por idade.

Relativamente aos fluxos dos passivos associados ao plano de contribuição definida são calculados à taxa de 0% e têm em conta as saídas das reformas por idade. Não prevemos saídas por morte ou por invalidez durante o ativo.

Os fluxos dos ativos são calculados a taxa da curva de cupão zero de cada país emitente que compõe a carteira de obrigações do fundo.

O *present value*, dos ativos financeiros é calculado com a curva da taxa de cupão zero da zona euro para prazos superiores a um ano e taxa Euribor para prazos inferiores a um ano.

O *present value* dos passivos é calculado:

- do plano de benefício definido: com a curva da taxa de cupão zero da zona euro para períodos superiores ou iguais a um ano e para períodos inferiores a um ano consideramos a taxa Euribor;

- do plano de contribuição definida: os mesmos são atualizados à taxa de juro de 0%, pois a garantia associada a este plano é só o valor total das contribuições.

Foi objeto de análise de ALM as responsabilidades da população Ativa, Ex-Ativa (PIR) e da população associada ao subfundo BD. Foi considerada a quota-parte do valor do fundo de pensões, respeitante a estas populações e ao valor pertencente ao associado (Zurich Vida) - 61% do valor total do fundo.



Apresentamos seguidamente a análise ALM a 31 de dezembro de 2021:

Mapping	31 -12-2021					
	Fundo de Pensões Zurich Vida					
	Assets	%	Liabilities	%	Surplus	%
1D	0	0%	0	0%	0	0%
15D	0	0%	0	0%	0	0%
1M	25 272	2%	0	0%	25 272	9%
3M	84 102	8%	0	0%	84 102	30%
6M	7 538	1%	-52 562	7%	-45 024	-16%
1Y	16 318	2%	0	0%	16 318	6%
2Y	79 382	8%	-5 300	1%	74 082	26%
3Y	143 375	14%	-5 391	1%	137 985	49%
4Y	184 730	18%	-11 178	2%	173 552	61%
5Y	41 162	4%	-54 126	7%	-12 965	-5%
6Y	204 954	20%	-21 174	3%	183 780	65%
7Y	138 492	14%	-18 566	3%	119 926	42%
8Y	0	0%	-58 367	8%	-58 367	-21%
9Y	0	0%	-28 946	4%	-28 946	-10%
10Y	0	0%	-60 758	8%	-60 758	-21%
20Y	0	0%	-258 489	35%	-258 489	-91%
30Y	0	0%	-166 719	22%	-166 719	-59%
EQTY	98 864	10%	0	0%	98 864	35%

Portfolio Valuation 1 024 188 -741 576 282 612

No cenário apresentado para 2021 observamos:

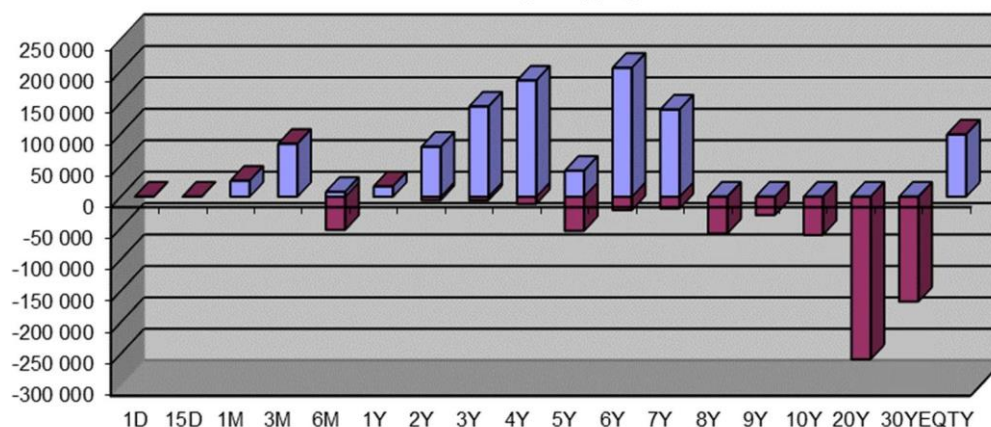
- 1) O valor atual dos ativos financeiros é superior ao valor atual dos passivos;
- 2) A partir dos dez anos o valor dos passivos é superior aos ativos, não obstante o excesso de ativo de anos anteriores ser suficiente para o financiamento deste valor.

Valor em Risco - VaR

O VaR é uma medida que fornece uma estimativa para o valor do capital necessário adicional para assegurar a cobertura de riscos incorridos pelo fundo de pensões, isto é, o valor das “perdas” ao nível dos ativos financeiros e dos passivos. O horizonte temporal utilizado é no máximo 1 ano, pois em condições normais o património de um fundo de pensões poderá ser liquidado no espaço de tempo de 1 ano. Deste modo podemos ver que para o 1 ano e com um grau de confiança de 99%, a probabilidade de ocorrer uma perda superior a 15.005 euros é de 1%.

VaR

Maximum Loss	Assets	%	Liabilities	%	Surplus	%
Value at Risk (84%) 1 Day	6 451	0,6%	-4 570	0,6%	1 881	1%
Fixed Inc.	406	0,0%	-288	0,0%	118	0%
Equity	6 045	0,6%	-4 282	0,6%	1 763	1%
Value at Risk (95%) 1 Year	10 612	1,0%	-7 517	1,0%	3 095	1%
Fixed Inc.	668	0,1%	-473	0,1%	195	0%
Equity	9 944	1,0%	-7 044	0,9%	2 900	1%
Value at Risk (99%) 1 Ye	15 005	1,5%	-10 629	1,4%	4 376	2%
Fixed Inc.	945	0,1%	-669	0,1%	276	0%
Equity	14 060	1,4%	-9 960	1,3%	4 100	1%

Asset Liability Mapping


h) Indicação, por categoria de investimento, da quantia de rendimentos, gastos, ganhos e perdas reconhecidos no período;

Investimentos	2021	2020
Ações e outros títulos de rendimento variável	12 144	0
Rendimentos	1 733	0
Mais (menos) valias potenciais	10 411	0
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	(10 777)	29 171
Rendimentos	39 326	36 691
Mais (menos) valias realizadas	0	(3 137)
Mais (menos) valias potenciais	(50 103)	(4 383)
Total	1 367	29 171

No decurso dos exercícios de 2021 e 2020 não foram reconhecidos gastos de investimentos.



i) Indicação das comissões pagas, segmentadas por natureza com indicação do método de cálculo;

Nos exercícios de 2021 e de 2020 foram pagas, a instituições bancárias, as comissões de guarda de títulos a seguir indicadas:

Comissões	2021	2020
Comissão de gestão e depósito	164	179
Total	164	179

Os montantes das comissões de guarda de títulos estão de acordo com o Contrato previamente assinado entre a entidade gestora e as instituições bancárias.

As referidas comissões encontram-se registadas na rubrica Outras Despesas da demonstração de resultados. Ver nota o).

j) Indicação das contribuições previstas e do montante e natureza das efetivamente realizadas (identificando as contribuições em espécie por tipo de ativo), com explicação dos desvios materiais e de eventuais variações relevantes relativamente ao ano anterior;

Nos exercícios de 2021 e 2020 as contribuições para o fundo foram efetuadas através da transferência da conta reserva do subfundo do plano de contribuição definida, sendo em 2021 de 53.909 euros (2020: 42.771 euros). A contribuição foi efetuada de acordo com o plano de pensões de contribuição definida.

Como não houve entrada de valor monetário nos exercícios de 2021 e 2020 para a contribuição esta rubrica não aparece evidenciada na demonstração de resultados do fundo.

k) Indicação da natureza e montante dos benefícios pagos;

O montante dos benefícios pagos a 31 de dezembro de 2021 é de 5.090 euros (2020: 39.934 euros), respeitantes a pensões por velhice. Os benefícios pagos estão a ser contabilizados por contrapartida da conta corrente com a entidade gestora (ver nota p).

l) Descrição das transações que envolvem o fundo de pensões e o associado ou empresas com este relacionadas;

Não é aplicável.

m) Descrição da natureza dos ativos e passivos contingentes e, quando praticável, para os passivos contingentes, uma estimativa do seu efeito financeiro e uma indicação das incertezas associadas;

Não é aplicável.



n) Indicação da existência de qualquer tipo de garantia por parte da entidade gestora;

Não é aplicável.

o) Indicação da natureza e montantes significativos dos itens incluídos nas rubricas “Outros Rendimentos e Ganhos” e “Outras Despesas”;

Outras Despesas	2021	2020
Comissão (*)	164	179
Total	164	179

(*) Ver nota i)

p) Saldos e contas a receber e a pagar

Os saldos e contas a receber são contabilizados de acordo com o seu valor atual, sendo averiguado, a cada data de relato financeiro, a respetiva recuperabilidade do seu valor.

Os saldos e contas a pagar são contabilizados de acordo com o seu valor atual.

A rubrica Entidade gestora evidencia os valores pagos por esta e que aguardam o respetivo reembolso, sendo 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 os seguintes:

Outras Contas a Pagar	2021	2020
Entidade gestora	0	531
Total	0	531

q) Acontecimentos após a data do balanço

À data da emissão das demonstrações financeiras, não existem acontecimentos após a data de balanço que dessem origem a ajustamentos às demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração encontra-se a acompanhar, de forma atenta e preocupada, o desenrolar da evolução do surto de Coronavírus (Covid-19) em Portugal. Tendo como objetivo primordial a defesa da saúde dos seus colaboradores e parceiros de negócio, a Companhia tem desenvolvido um conjunto de ações de mitigação que visam reduzir risco de propagação do Covid-19. Entre as medidas adotadas incluem-se, nomeadamente, o adiamento de diversos eventos comerciais e institucionais da Zurich Vida, bem como a promoção do teletrabalho por parte da maioria dos colaboradores da Companhia.

A Zurich Vida, como entidade gestora do fundo de pensões, tem estado a analisar o impacto e repercussões da Pandemia sobre a atividade dos Fundos de Pensões, nomeadamente, no valor dos seus ativos. O verdadeiro impacto dependerá de desenvolvimentos futuros, tais como, da aplicação de medidas pelos governos quer ao nível económico quer ao nível social que não se podem prever neste momento.

Perante esta escala de imprevisibilidade, o Conselho de Administração encontra-se a analisar diferentes cenários sobre a atividade futura dos Fundos de Pensões. No entanto, à data de encerramento das contas de 2021 entende que não se justifica qualquer alteração no Relatório e Contas.

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Fundo de Pensões Zurich Vida (o Fundo), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 1.603.033 euros e um valor do Fundo de 1.603.033 euros, incluindo um resultado líquido de 6.256 euros), a Demonstração de Resultados e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Fundo de Pensões Zurich Vida em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Valorização dos instrumentos financeiros ao justo valor

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Conforme detalhado na Nota g) e e), o Ativo do Fundo inclui instrumentos financeiros valorizados ao justo valor no montante de 1.553 milhares de euros os quais representam cerca de 97% do total do Ativo.</p> <p>A determinação do valor justo dos instrumentos financeiros foi realizada conforme referido na Nota c) em conformidade com a Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho, da ASF.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras.</p>	<p>A nossa abordagem ao risco de distorção material na valorização dos instrumentos financeiros ao justo valor incluiu designadamente os seguintes procedimentos substantivos:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ Testes de revisão analítica e de detalhe sobre as rubricas das demonstrações financeiras relativas a instrumentos financeiros, incluindo o recálculo do justo valor dos instrumentos financeiros por comparação das cotações utilizadas pela Entidade Gestora com as observadas em fontes de informação externas; e▶ Verificação da plenitude e consistência das divulgações sobre instrumentos financeiros ao justo valor nas demonstrações financeiras com os respetivos dados contabilísticos e referencial contabilístico.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Fundo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Fundo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores da Companhia pela primeira vez na assembleia geral realizada em 26 de maio de 2021 para o mandato compreendido entre 2021 e 2024;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Fundo nesta data;
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo durante a realização da auditoria; e

- ▶ Informamos que, para além da auditoria, prestámos ao Fundo serviços de exame simplificado dos elementos financeiros e estatísticos a reportar pelo Fundo à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, nos termos da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, e da Norma Regulamentar n.º 8/2016 – R, de 16 de agosto, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Lisboa, 19 de abril de 2022

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **RICARDO NUNO LOPES PINTO**
Num. de Identificação: 11671014
Data: 2022.04.19 17:32:29+01'00'



Ricardo Nuno Lopes Pinto – ROC n.º 1579
Registado na CMVM com o n.º 20161189